

O FEMINISMO NEGRO DESEMPENHANDO UM PAPEL POLÍTICO NA REEDUCAÇÃO BRASILEIRA

Laura Maria Araujo Dias¹
Prof. Dra. Natália Cristina Sganzella de Araujo²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a especificidade do feminismo negro no Brasil, a partir do final de 1970, em uma perspectiva interseccional. Mostrando como o movimento feminista negro se emancipou no processo político da nossa sociedade, construindo a importância da questão étnico-racial para resgatar os direitos humanos de mulheres negras que eram negados. Destacando intelectuais como: Lélia Gonzalez (1960), Aparecida Sueli Carneiro (1980), Nubia Moreira (2007) e Djamila Ribeiro (2018), que foram essenciais para desenvolver a historiografia do feminismo negro no Brasil e o engajamento crítico social, demonstrando como as mulheres negras eram lidas socialmente, de forma preconceituosa, marginalizada transgredindo a incapacidade dela não ser vista como sujeito político.

Palavras-Chave: Feminismo Negro. Interseccionalidade. Mulheres Intelectuais Negras.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar um breve levantamento sobre o Movimento Feminista Negro no Brasil, como grupo intelectual e político, que a partir do final dos anos de 1970, passou a refletir sobre o cenário da invisibilidade da mulher negra em nosso país. Quando analisamos as condições de emprego, renda, educação, violência, entre outras experiências vividas por mulheres negras em relação a outros grupos sociais, percebe-se, que o conjunto de desvantagens sociais reforçam esse aspecto de invisibilidade sendo o mesmo, estudado pelo movimento feminista negro no Brasil.

Segundo o Mapa de violência do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2017, entre todas as mulheres que sofreram violência letal, 66% eram mulheres negras. A invisibilidade da mulher negra além de gerar desigualdades sociais e fortalecer a conjuntura da violência, do racismo e sexismo, este problema social foi o fator determinante para se consolidar em um movimento chamado, Feminismo Negro.

Quando falamos de feminismo negro no Brasil são importantes vozes as autoras

¹Estudante do curso de Licenciatura em História nas Faculdades Integradas Regionais de Avaré (FIRA).

²Orientadora e professora no curso de Licenciatura em História nas Faculdades Integradas Regionais de Avaré (FIRA).

negras: Lélia Gonzalez (1960)³, Aparecida Sueli Carneiro (1980)⁴, Nubia Moreira (2007)⁵ e Djamila Ribeiro (2018)⁶. Essas intelectuais refletem, sobre as particularidades das identidades femininas negras no Brasil, elas apontam seus discursos à invisibilidade de mulheres negras nas pautas de reivindicações do movimento feminista; mas qual a necessidade de criar o feminismo negro? O que levam as intelectuais negras colocar a mulher negra no centro dos debates? Qual a importância do movimento de mulheres negras para o reconhecimento da identidade de mulher negra? Por que os estudos interseccionais se tornam o aporte teórico e prático para o feminismo negro?

A partir destas questões levantadas, analisaremos neste artigo a trajetória de estudos sobre o feminismo negro nas perspectivas das quatro mulheres negras citadas anteriormente, que contribuíram para que esse movimento social fosse consolidado, nos ajudando em interrogar a existência da mulher negra dentro da sociedade brasileira.

Gonzales (1960) construiu, tais categorias como; Amefricanidade um conceito que engloba o Brasil e a América latina numa perspectiva transnacional, colocando a mulher negra no centro do debate. Denunciando o racismo, sexismo, emergindo uma releitura da história do Brasil sobre o olhar da mulher negra, fazendo com que sua ideologia esteja presente na introdução dos estudos sobre o feminismo negro, nas questões como as especificidades das mulheres negras e no racismo recreativo dentro da nossa sociedade.

Carneiro (2011) afirma que, mulheres não são categorias universais, sempre deve questionar de que mulher está falando, pois falamos de realidades sociais diferentes. Portanto, ela demonstra que essa universalização da mulher fez com que as mulheres negras

³ A antropóloga Lélia Gonzalez (1960), foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Escritora, Feminista, descolonial. Lélia era uma mulher a frente do seu tempo, que através da sua inquietude política, resolveu não se calar diante das opressões sociais. Essas pelas quais, faziam com que a mulher negra não fosse vistas como um sujeito político e que a sua desigualdade social não fossem nomeadas como formas de opressões. Utilizando o método da psicanálise, Lélia desmistificou o mito da democracia racial, assentando dois tipos de colocação social para a mulher negra: a multa formada pela imagem carnavalesca sexista e a doméstica sendo, uma hierarquização do pensamento colonial escravagista. Sendo pioneiro da crítica do feminismo clássico, branco, brasileiro.

⁴Aparecida Sueli Carneiro (1980) filósofa, e Fundadora do Instituto da Mulher Negra (Geledés), vai dar continuidade aos estudos sobre a mulher negra e o legado de luta de Lélia Gonzalez, mostrando como a disparidade racial é presente na sociedade brasileira, escrevendo de forma preocupante de como o sexismo tem se estruturado.

⁵Nubia Regina Moreira (2007) socióloga, escritora, ativista do movimento feminista negro, Nubia Moreira traz à tona a historiografia do movimento Feminista Negro no Brasil.

⁶Djamila Ribeiro (2018) filósofa, escritora e ativista do movimento feminista negro e do movimento negro no Brasil.

fossem invisibilizadas, por isso temos que nomear os grupos sociais para trazer visibilidade e fazer uma reestruturação na educação brasileira. Segundo Carneiro, (2011, p. 111) “O Brasil descobre o Brasil ao se deparar com o problema do racismo e tentar solucioná-lo”.

Moreira (2007) pontua as suas diferenças, mostrando que o movimento é configurado através de diversas mulheres negras espalhadas pelo país, segundo a ativista o feminismo negro é um crescimento de terminologia, que demonstra que o racismo não escolhe a classe social.

Ribeiro (2018) vai analisar a sociedade de forma interseccional, desconstruindo o mito da democracia racial. Mostrando que a luta do feminismo negro não envolve somente a questão de gênero, mas sim de classe, raça, descolonização, mostrando que o pensamento epistemológico precisa ultrapassar a questão de mulher e gênero. Utilizando da interseccionalidade como uma ampliação do campo feminista negro.

Analisando essas trajetórias de intelectuais negras, iremos refletir sobre o Movimento feminista negro no Brasil.

1 O QUE É FEMINISMO NEGRO?

Feminismo negro é um movimento social, que tem como objetivo vivificar especificidades do movimento de mulheres negras. Pois, dentro do movimento feminista branco, a invisibilidade da mulher negra não permitia que seus problemas fossem atendidos. Visando construir espaços de visibilidades políticas, diante dos contextos que impedem o acesso igualitário a determinados setores da sociedade. O uso dessa denominação de “negro”, tem como fundamento a busca de um movimento social que precisa ser antirracista, pois o racismo é uma das formas de opressão que manipula a imagem da mulher negra, para que ela seja eminente. Como aponta Ribeiro (2018, p.123), “o arcabouço teórico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos”. Esse modelo de sociedade permite que as diferenças de raça, classe e gênero tenham visibilidade e acesso a condições de trabalho, estudo, proteção social, etc.

É essencial para o movimento feminista de mulheres negras buscarem, no interior de seu discurso uma visão que confronte o eurocentrismo, em conjunto de uma oratória que engloba diferentes classes sociais, com o intuito em atingir uma mudança no contexto

sociocultural para que o movimento possa ser consolidado.

Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora. (RIBEIRO, 2017, p. 17).

Vale lembrar que foram muitas vozes ecoadas, muitas luzes lançadas ao assunto para explicar a especificidade desse movimento de mulheres negras, que não eram consideradas dentro desses movimentos sociais, sendo silenciadas, camufladas e estigmatizadas.

1.2. QUAL A NECESSIDADE DE CRIAR O FEMINISMO NEGRO?

Saindo de seu isolamento, o feminismo negro se fez necessário, pois não tinha qualquer afinidade com as pautas de reivindicações que as feministas brancas faziam parte. O discurso feminista era patrocinado pela classe dominante, que ecoava uma falácia sobre a sororidade pela qual a mulher negra era isenta. Essa “isenção” teve como consequência, a necessidade da criação do feminismo negro. Como aponta Carneiro (2011, p.121).

È a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem.

Diante desta perspectiva, questiona-se onde estão as mulheres negras na História? Por que a questão racial foi isenta do feminismo brasileiro? Por que na pirâmide social capitalista brasileira, o homem branco se encontra no topo e a mulher negra na base? Percebe-se que as mulheres negras já nasciam com os seus destinos predeterminados ao analfabetismo e a servidão. Enquanto, as mulheres brancas lutavam pela equiparação salarial e acesso à educação, mulheres negras eram mucamas que sobreviviam em senzalas modernas. Aparentemente, o que vai justificar a postura de “isenção” racial no feminismo e na História, é a visão eurocêntrica, racista que o feminismo brasileiro sempre manteve, essa é a razão pela qual as mulheres negras começaram a não se sentir representadas.

Diferentemente do feminismo “clássico”, onde as reivindicações eram voltadas a patrimônios, direitos civis de uma minoria. O movimento feminista de mulheres negras no Brasil possui um discurso representado, por uma minoria que estava inserida em lugares

negados socialmente, onde a mídia naturaliza as suas opressões. Através da interação do desenvolvimento entre a teoria e a prática, o feminismo negro conseguiu construir um lugar de fala inicialmente dentro dos espaços acadêmicos, com o intuito de promover um mecanismo voltado para a valorização da mulher negra, buscando abalar as estruturas sociais consolidadas.

2. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Segundo as pensadoras e feministas negras tais como Gonzalez (1960) e Ribeiro (2018) o primeiro contato ativista da mulher negra vai ser dentro do movimento negro, em que ela teve um desenvolvimento necessário para moldar uma consciência em relação ao racismo e de classe. Entretanto, esse contato de primeira instância mostra-se não atender suas expectativas em relação às suas especificidades, logo, percebem a necessidade em criar um ambiente que repercutissem as suas necessidades não apenas para obter direitos civis, mas sim direitos humanos, mostrando que devemos cultivar a união das mulheres em uma única característica, a política inclusiva.

Segundo Moreira (2007, p.4):

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III encontro Feminista Latino-Americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista.

A partir daí, surgem os primeiros coletivos de mulheres negras, época em que aconteceram alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Este encontro Feminista, ocorrido em 1985 em Bertioga abre espaço para os surgimentos de várias organizações políticas como Geledés e variados coletivos, produções intelectuais que promove a mulher negra para centro do debate. O resultado, dessas instituições formadas será o I encontro nacional de mulheres negras em 1988, realizado em Valença no Rio de Janeiro, reunindo cerca de 450 mulheres envolvendo 17 Estados. Este encontro vai possibilitar um vasto intercâmbio cultural, resgatando a importância de cultivar a cultura negra, colocando em pauta a formação de organização das mulheres negras, enquanto grupo social, mostrando atentamente como a questão de representatividade é importante nos espaços corporativos. Ressaltando que o feminista negro, é mulheres negras pensando em uma sociedade onde ela possa fazer parte, desvinculando o dinheiro da masculinidade e da branquitude, adotando uma nova ferramenta o termo de

interseccionalidade. Articulando na busca da identidade da mulher negra o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, levantavam questões pertinentes às reivindicações da mulher negra segundo Moreira (2007, p.8).

- a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferente vertentes políticas.

3. FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Com o intuito de acabar com o racismo estrutural e englobar as mulheres como uma característica de sororidade humana, o feminismo negro segue lutando pela valorização e a equidade da mulher negra, empenhando-se em modificar as esferas: econômicas, legislativas e judiciárias, fazendo com que o direito de igualdade e otimismo permaneça presente no grupo. Djamila Ribeiro afirma em uma entrevista “O feminismo negro não exclui, ele amplia” utilizando a interseccionalidade como ferramenta para acabar com os nichos de variados grupos sociais, o feminismo negro mostra que o feminismo, racismo e o machismo são opressões que se inter cruzam para estabelecer uma ideologia dominadora, diante dessas opressões não tem como lutar separadamente, a partir dessas perspectivas diferentes é que os grupos precisam demandar, não faz sentido ocuparmos lugares sociais e não modificá-los.

Assim segue o movimento feminista de mulheres negras e seus coletivos, autônomo, subversivo dentro de uma narrativa marginalizada inserida em um cenário, entre retrocessos e avanços com o comprometimento de acabar com o sistema sexista, patriarcal-racista, que consiste em nossa sociedade. Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Núbia Moreira e mais tarde Djamila Ribeiro é umas das vozes que desconstrói o mito da democracia racial no Brasil, entre outras pautadas pelo grupo, partem do questionamento em que no Brasil o racismo acontece de forma velada, recreativa, utilizando da mestiçagem e da meritocracia como bandeiras ideológicas, mostrando que a colonialidade se faz presente, quando ao reescrever a historiografia do povo negro percebemos que a lei 10.639/03 não é desempenhada. Temos

uma lei, restabelecida em 9 de janeiro de 2002 que estabelece obrigatoriamente no currículo de diretrizes e bases da educação nacional, o tema da “História e cultura africana e afro-brasileira”, quando na verdade acaba se tornando um projeto opcional ou melhor, inexistente. Naturalmente, quando indivíduo for inserido no centro acadêmico ao se deparar com questões sobre cotas raciais, vai entender o contexto de marginalização do negro. Resumindo vai demorar 18, 23 ou até 30 anos para se aprender sobre a desigualdade racial no Brasil? Entender que não existe democracia no Brasil que, o negro é o exemplo disso. Diante desse cenário, o feminismo negro vai demonstrar que tem uma solidariedade social, que precisa ser tratado com urgência, afinal vidas importam. Até quando nossa condição de vida vai se secundarizar? Expondo as desigualdades raciais, Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística): A taxa de analfabetismo entre negros de 15 anos ou mais, diminuiu nos últimos anos – de 9,8% em 2016 para 9,1% em 2018. Mas, ainda assim, é o dobro da taxa de analfabetismo entre brancos da mesma idade, que ficou em 3,9% no ano de 2018. Com esse cenário de disparidade social, percebe-se que falta uma perspectiva interseccional para atender nossas políticas públicas.

4. POR QUE OS ESTUDOS INTERSECCIONAIS SE TORNAM O APORTE TEÓRICO E PRÁTICO PARA O FEMINISMO NEGRO?

Para demonstrar que, a interseccionalidade é um instrumento que auxilia as políticas sociais nas questões de raça, gênero e classe, interligando as formas de opressões mostrando o quanto a diferença não é a semente prejudicial da nossa sociedade, mas as desigualdades sim. Deste modo, a sociedade não deve pensar a categoria da mulher como forma universal, pois esse pensamento traz a invisibilidade de mulheres negras, percebendo que ao eleger uma das formas de opressões, faça com que você alimente outras.

Em virtude, de acabar com o movimento racista, capitalista e sexista, pois essas três formas de opressão é o que faz com que a mulher negra permaneça na base da pirâmide social capitalista, o feminismo negro no Brasil ressurgiu como uma restauração sociocultural. Com intuito de desconstruir essas estruturas consolidadas, ocupando e modificando espaços que socialmente eram negados não somente para mulheres negras, mas sim por mulheres não negras também. Englobando pensamentos que faça refletir que o feminismo negro é uma área de ampliação democrática, como aponta Davis (2016, p.19), “Pensar as diferenças

como fagulhas criativas que podem nos permitir interligar nossas lutas e nos colocar o desafio de conceber ações capazes de desatrelar valores democráticos de valores capitalistas”.

O movimento feminista de mulheres negras desempenha um papel político na reeducação brasileira, ressaltando o quanto é importante à questão de representatividade nos espaços corporativos, para que haja uma abertura no mercado de trabalho, na publicidade, na música, na sociedade em si. Segundo o texto de Gonzalez “Racismo e sexismo na cultura Brasileira” (1980), o mito da democracia racial é o ápice da nossa neurose nacional, que se estruturam na figura da “mãe preta” na “mulata” como questão de representatividade, demonstrando que o papel da mulher negra era ser a antítese da sociedade brasileira, da masculinidade, da branquitude que durante anos manipulam a imagem da mulher negra para que ela fosse invisibilizada, fazendo com que o feminismo negro seja o dinamismo da dialética, onde tudo se constrói e desconstrói, atualizando a frase da Simone de Beauvoir para a questão das mulheres negras, resgatando uma consciência de forma massiva de que não se nasce mulher negra, torna-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou compreender a emergência de intelectuais negras no campo acadêmico e social como forma de reconhecer a importância das vozes femininas negras no combate das desigualdades para que essa condição de silenciamento não se perpetue, fazendo com a disparidade social dessas mulheres negras transformem em uma conscientização imediata em que o feminismo negro se reverta como um reeducador social, onde não transpareça pensamentos e atitudes retrógrados, eliminando de nossas políticas públicas e meios midiáticos a hierarquização de um sistema colonial racista.

Quando refletimos sobre a necessidade de criar o feminismo negro em contraposição ao feminismo europeu, percebemos que saindo de seu isolamento, o feminismo negro se fez necessário, pois não tinha qualquer afinidade com as pautas de reivindicações que as feministas brancas faziam parte. O discurso feminista era patrocinado pela classe dominante que não refletia as questões sociais que a cor da pele e o gênero marcavam nas desigualdades desse grupo de mulheres.

A emergência de intelectuais negras como porta vozes da mulher negra no centro dos debates políticos e intelectuais deve-se ao tardio reconhecimento desse grupo de mulheres

como sujeitos visíveis na sociedade. A necessidade de moldar uma consciência em relação ao racismo, ao gênero e as exclusões de classe demandam tempo e esforço. Percebe-se entre essas intelectuais a necessidade em criar um ambiente que repercutissem não apenas os direitos civis, mas sim direitos humanos, mostrando que devemos cultivar a união das mulheres em uma única característica, a política inclusiva.

Desse modo, compreendemos que movimento de mulheres negras para o reconhecimento da identidade de mulher negra deve-se impor frente ao combate ao racismo acontece de forma velada, recreativa utilizando da mestiçagem e da meritocracia como bandeiras ideológicas, mostrando que a colonialidade se faz presente em nosso país quando cultuamos a “mulata” como símbolo nacional e esquecemos as estatísticas elevadas de violência contra mulheres negras.

Pela observação dos argumentos apresentados, o artigo busca dar notoriedade às mulheres negras e no desenvolvimento da organização do movimento feminista negro em si, ratificando através de estatísticas como esse debate ainda é atual e se faz presente em nossa sociedade, a partir do momento em que as formas de opressões racistas, machistas e de subalternidade são hierarquizadas nas políticas públicas, fazendo com que o acesso

igualitário à saúde, educação e renda, deste grupo sejam sempre marginalizados. Mostrando que o combate da invisibilidade e do racismo de mulheres negras ainda é um desafio, que pode ser resolvido nas políticas educacionais, para permitir que a valorização dessas mulheres negras transformem espaços sociais que foram negados historicamente, fazendo com que o sinônimo de utopia dessa sociedade igualitária não seja somente o futuro, mas sim o eterno presente.

Estimulando a lei 10.639/03 que é a inserção da “História e cultura africana e afro-brasileira”, sendo aplicados nos sistemas educacionais como uma manifestação na reeducação brasileira, interligando o feminismo negro, para restituir novas emendas ideológicas pessoais. Ressaltando a importância dessas intelectuais negras, promoverem debates posicionados as mulheres negras, reivindicando as suas especificidades de forma compulsiva, pois se não fossem elas promover essa conjuntura de questionamentos o feminismo negro não existiria e as especificidades de mulheres negras iriam ser tratadas de forma global.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli, **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2011 .

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo:Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

IBGE- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Desigualdade social por cor ou raça no Brasil**, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> acesso em 15 de jun 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea; IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> acesso 17 jun 2020.

MOREIRA, Nubia. **Feminismo negro brasileiro: Igualdade, diferença e representação**. 31º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, St : estudos de gênero: teoria e pesquisa, 22 a 26 de Outubro em Caxambu (MG), de 2007.

140

MOREIRA, Nubia. **O feminismo negro brasileiro: Um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 120 f. Dissertação de Mestrado (Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP). 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278996/1/Moreira_NubiaRegina_M.pdf> acesso em 25 jan 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** . --. Belo Horizonte (MG). Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo negro?**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.